DocuSign Envelope ID: 3359C64E-4233-4680-B0AC-7E8D846D40B9

apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas.
As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo Saga. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.
2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação
2.10.Provisão para demandas judiciais
Provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
2.11.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido.
O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Para algumas controladas, a apuração é efetuada considerando o lucro presumido, onde é aplicada a alíquota de presunção aplicável sobre a receita bruta do exercício.
A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Saga nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo, por entidade contribuinte, quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no passivo pelo custo atribuído de ativo imobilizado, e no ativo pelas provisões tributárias e outras despesas temporariamente indedutíveis.
2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação
2.11.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--continuação
Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.
2.12. Reconhecimento da receita
Os princípios fundamentais do CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.
Especificamente, a norma apresenta 5 passos para o reconhecimento da receita:
•Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
•Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
•Determinar o preço da transação.
•Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
•Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.
A Companhia possui os seguintes meios de auferir receitas:
Venda de bens e serviços
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo Saga. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. O Grupo Saga reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Saga, conforme descrição a seguir:
2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação
2.12. Reconhecimento da receita--Continuação
Venda de veículos novos e usados
O Grupo Saga opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de veículos novos e usados é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal e subsequentemente é feita análise se (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.
Venda de peças
A receita de venda de peças também é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal assim como a receita de venda de veículos novos e usados. A emissão da nota fiscal de venda de peças geralmente ocorre no momento da entrega e aceite do cliente. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais.
Vendas de produtos e serviços financeiros
O Grupo Saga realiza operações de intermediação de empréstimos e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando as comissões acordadas no momento da intermediação da venda.
Vendas de serviços
A receita de venda de serviços é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal assim como a receita de venda de veículos novos e usados. A emissão da nota fiscal de venda de serviços ocorre após sua conclusão, quando o cliente dá o aceita de serviços como revisões e consertos de veículos, por exemplo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais.
Comissões
O Grupo Saga atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal em uma transação. A receita é reconhecida de acordo com o regime de competência, momento da intermediação das vendas.
2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação
2.13. Operações de arrendamento mercantil
A norma CPC 06 (R2) objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.
Serão objeto da aplicação dessa norma os diversos arrendamentos, incluindo arrendamentos de ativos de direito de uso em subarrendamento, com algumas exceções. Ao firmar os contratos, as empresas deverão avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.
O CPC 06(R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.
A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (até 12 meses).
Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, nos casos de mudança no prazo do arrendamento e/ou nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em termos gerais, caberá ao arrendatário reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.
Para o arrendador, o CPC 06 (R2) não traz alteração substancial na forma de contabilização, em relação ao praticado atualmente. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos com base no mesmo princípio de classificação estabelecido pelo CPC 06 (R1), distinguindo os arrendamentos em dois tipos: operacional e financeiro.
O arrendatário pode optar pela adoção CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada.
2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação
2.13. Operações de arrendamento mercantil--Continuação
O Grupo Saga optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre os contratos de arrendamentos de curto prazo (até 12 meses) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.
Os efeitos dessa norma estão apresentados na Nota Explicativa 23.
2.14. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas
Na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021.
Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:
•Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
•Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
•Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.
Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.
2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação
2.14. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas --continuação
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.
A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.
Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.
2.15.Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas que não entraram em vigor
Na data de elaboração das demonstrações financeiras, não havia normas ou interpretações emitidas ou alteradas, que pudessem ter impacto nas demonstrações financeiras.
3.Estimativas e julgamentos contábeis
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
3.Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação
3.1.Estimativas e premissas contábeis
Com base em premissas, o Grupo Saga faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.
a)Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
O Grupo Saga reconhece provisão para demandas judiciais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo Saga revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.
b)Tributos diferidos
Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
c)Depreciação do ativo imobilizado
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudo de vida útil o qual é revisado periodicamente.
3.Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação
3.1.Estimativas e premissas contábeis--Continuação
d)Provisão para perda de crédito esperada
A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes. As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento. Os créditos considerados irrecuperáveis são levados diretamente ao resultado do exercício.
4.Gestão de risco financeiro
4.1.Fatores de risco financeiro
As atividades do Grupo Saga o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco operacional, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo Saga se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Saga.
A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira do Grupo Saga, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A diretoria financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo Saga. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.
a)Risco de mercado
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco de taxa de juros do Grupo Saga decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures, principalmente com vencimento de longo prazo. Os passivos financeiros às taxas variáveis expõem o Grupo Saga ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. A política do Grupo Saga é a de manter parte de seus passivos financeiros com taxa de juros pós-fixada (variação do CDI). Durante 2021 e 2020, os empréstimos do Grupo
4.Gestão de risco financeiro--Continuação
4.1.Fatores de risco financeiro--Continuação
Saga às taxas variáveis eram mantidos em Reais.
b)Risco operacional
A Companhia investe em empresas que operam na revenda de veículos, peças e acessórios em diversas regiões do país. A performance das operações destas empresas estão sujeitas às condições do mercado, economia e indústria nestas localidades.
Às concessionárias operadas pelo Grupo Saga têm contratos de concessão/licença com as indústrias automotivas. De acordo com esses contratos individuais de concessão, cada concessionária está sujeita a certos direitos e restrições comuns a esta atividade de negócio. A influência das indústrias automotivas sobre as operações das concessionárias ou a perda de uma concessão/licença, pode trazer um impacto negativo nos futuros resultados operacionais do Grupo Saga.
c)Risco de crédito
O Grupo Saga não possui concentração de risco nas contas a receber.
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, carteira de recebíveis junto a administradoras de cartão de crédito, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.
Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, o Grupo Saga somente realiza operações em instituições com baixo risco (bancos de primeira linha) avaliadas por agências independentes de rating.
d)Risco de liquidez
A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, o Grupo Saga possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo Saga, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.
4.Gestão de risco financeiro--Continuação
4.1.Fatores de risco financeiro--Continuação
d)Risco de liquidez--Continuação

	Controladora		
Em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano	Entre um dois anos	Entre doise cinco anos
Fornecedores	154.286	-	-
Empréstimos e financiamentos	34.769	16.505	4.760
Debêntures	16.768	26.225	-
Passivo de arrendamento	1.951	1.861	982
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	27.737	-	-
Empréstimos e financiamentos	27.798	18.231	9.605
Debêntures	34.783	29.949	10.927
Passivo de arrendamento	-	-	-

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um dois anos	Entre doise cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	237.295	-	-
Empréstimos e financiamentos	71.406	44.539	11.129
Debêntures	16.768	26.225	-
Passivo de arrendamento	41.985	37.599	24.572
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	167.381	-	-
Empréstimos e financiamentos	85.461	58.390	24.938
Debêntures	34.783	29.949	10.927
Passivo de arrendamento	34.623	37.751	19.931

4.2.Gestão de capital
Os objetivos do Grupo Saga ao administrar seus capitais são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.
4.Gestão de risco financeiro--Continuação
4.1.Gestão de capital--Continuação
Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo Saga, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os sócios têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos sócios ou, ainda, aumentar capital ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
Condizente com outras empresas do setor, o Grupo Saga monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. O Grupo Saga inclui na dívida líquida empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações em fundos de montadora. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	56.034	55.634	127.074	168.789
Debêntures	42.993	75.659	42.993	75.659
Fornecedores	154.286	27.737	237.295	167.381
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.769)	(8.758)	(31.832)	(142.131)
(-) Aplicações em fundo de montadora	-	-	(108.898)	(107.015)
Dívida líquida	245.544	150.272	266.632	162.683
Patrimônio líquido	444.933	273.731	563.132	350.245
Índice de alavancagem	55%	55%	47%	46%

5.Instrumentos financeiros por categoria

		Consolidado	
	Custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2021			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos conta movimento	1.796	-	1.796
Aplicações financeiras	-	31.832	31.832
Aplicação em fundos de montadora	-	108.898	108.898
Contas a receber	356.794	-	356.794
	358.590	140.730	499.320

5. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

		Consolidado	
	Custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2021			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos conta movimento	7.723	-	7.723
Aplicações financeiras	-	134.408	134.408
Aplicação em fundos de montadora	-	107.015	107.015
Contas a receber	235.767	-	235.767
	243.490	241.423	484.913

	Consolidado	
	Custo armotizado	Total
31 de dezembro de 2021		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	237.295	237.295
Empréstimos e financiamentos	127.074	127.074
Debêntures	42.993	42.993
Passivo de arrendamento	104.156	104.156
	511.518	511.518

	Consolidado	
	Custo armotizado	Total
31 de dezembro de 2020		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	167.381	167.381
Empréstimos e financiamentos	168.789	168.789
Debêntures	75.659	75.659
Passivo de arrendamento	92.305	92.305
	504.134	504.134

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	260	121	1.213	1.944
Bancos conta movimento	2	1	583	5.779
Aplicações financeiras	7.507	8.636	31.832	134.408
	7.769	8.758	33.628	142.131

6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação
O Grupo Saga tem por princípio aplicar parte do excesso de caixa em aplicação de boa liquidez e com baixo risco e volatilidade, geralmente em operações compromissadas e CDBs de bancos de primeira linha bem como em fundo de investimentos com liquidez de até 90 dias da solicitação assessorada por agentes de investimentos especializados. As taxas de rendimento variam entre 85% e 108% do CDI (60% e 104% do CDI em 2020).
7. Aplicação em fundos de montadoras
Refere-se a fundo constituído por meio de contribuições baseadas em percentual que varia entre 1% e 2% sobre o valor faturado na compra de veículos novos (incluindo acessórios), o qual é utilizado diariamente como garantia na aquisição de outros veículos junto às montadoras. A utilização dos recursos deve ser submetida à análise e aprovação pelas montadoras.

	Consolidado	
	2021	2020
Fundo Apolo (a)	16.553	15.930
FIDC (b)	7.358	9.691
Aplicação Renault (c)	22.548	23.972
Fav Dealer (d)	-	458
Fundão SCP (e)	24.238	20.323
Aplicação Santander (f)	17.986	15.711
Outros (g)	20.215	20.930
	108.898	107.015

(a)Fundo Apolo: os recursos recolhidos no fundo de preservação de capital são aplicados pelo Banco Volkswagem, diariamente, em nome dos Concessionários através de aplicações financeiras feitas através da emissão na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil para aplicações da espécie. Esse fundo é aplicável às concessionárias da montadora Volksvagem do Brasil e possui rendimento atrelado ao CDI.
(b)FIDC - Fundo de Investimentos Creditório: os recursos disponíveis no FIDC GM são utilizados para investimento em direitos creditórios, os recursos não utilizados para tal finalidade podem ser aplicados, a critério do administrador/gestor do FIDC GM e nos termos de regulamento, em instrumentos financeiros de renda fixa com liquidez diária como títulos de emissão Tesouro Nacional, títulos de emissão Banco Central, RDB´S ou cotas de fundos de investimentos conservadores com características de renda fixa com liquidez diária. Esse fundo é aplicável às concessionárias da montadora GM e possui rendimento atrelado ao CDI.
(c)Aplicação Renault: os valores são aplicados em letras de câmbio com renda fixa atrelada ao CDI. Esse investimento é aplicável às concessionárias da montadora Nissan do Brasil e Renault.
(d)Fav Dealer: os recursos são aplicados em CDB. Aplicável às concessionárias da montadora Ford.
(e)Fundão SCP - Sociedade em Cota de Participação: os valores são aplicados em instituições financeiras através de CDI. Aplicável às concessionárias da montadora Fiat.
(f)Aplicação Santander: os recursos são aplicados em CDB. Aplicável às concessionárias da montadora Hyundai HMB.
(g)Os recursos são aplicáveis em instituições financeiras através de CDI às concessionárias das montadoras Peugeot, Renault, BMW e Jeep.
8. Contas a receber
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Saga.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos a receber	19.861	170	192.112	72.316
Cheques em cobrança (a)	46	-	444	383
Cheques a receber (b)	1.776	264	2.930	2.603
Cartões de crédito a receber (c)	7.520	790	119.153	107.165
Garantias em andamento (d)	-	-	3.112	4.895
Outras contas a receber (e)	12.648	8.297	39.475	48.797
	41.851	9.521	357.226	236.159
(-) Provisão para perda esperada	-	-	(432)	(392)
	41.851	9.521	356.794	235.767

(a)Cheques devolvidos de clientes e iniciados os procedimentos de cobrança administrativa.
(b)Cheques recebidos de clientes, pré-datados, e ainda não depositados nas instituições financeiras.
(c)Cartões de crédito a receber na comercialização de veículos, peças e acessórios.
(d)Garantias em andamento aguardando análise prévia da montadora para recebimento.
(e)Na controladora refere se a notas de débito a receber das concessionárias. No consolidado refere-se principalmente a valores a receber de venda direta junto às montadoras.
Aging list:

	Consolidado	Consolidado
	2021	2020
A vencer	266.249	182.503
Vencidos de 01 a 30 dias	75.382	50.137
Vencidos de 31 a 60 dias	9.146	1.952
Vencidos de 61 a 90 dias	1.904	709
Vencidos de 91 a 120 dias	1.718	466
Vencidos acima de 120 dias	2.395	-
	356.794	235.767

As movimentações na provisão para perda esperada de contas a receber de clientes do Grupo Saga são as seguintes:

	Consolidado	
	2021	2020
No início do exercício	(392)	(194)
Constituição de provisão	292	2.343
Reversão de provisão	(332)	(2.541)
No fim do exercício	(432)	(392)

8. Contas a receber--Continuação
Aging list:--Continuação
A provisão para perda esperada foi constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo Saga para cobrir eventuais perdas. No ano-calendário 2021 foi reconhecido complemento de provisão conforme quadro acima, bem como, foram realizadas baixas dos títulos vencidos superiores a 360 dias diretamente no resultado cujo montante foi de R$279 (R$631 em 2020).
9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos novos	111	-	211.760	138.630
Veículos seminovos	148.056	26.854	214.894	73.276
Peças e acessórios	169	101	44.133	39.521
	148.336	26.955	470.787	251.427

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crédito tributário de PIS/PASEP e COFINS	30	13	1.587	442
Imposto de renda retido na fonte	-	-	5.161	4.068
IRPJ/CSLL saldo negativo	76	445	5.093	5.275
Crédito tributário de ICMS	25	195	1.830	3.215
Crédito tributário de ISS	85	-	2.500	1.814
Outros	-	-	888	1.038
	216	653	17.059	15.852

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores (a)	9.109	11.927	1.360	14.118
Adiantamentos diversos (b)	-	-	1.875	6.174
Adiantamentos a funcionários	1.791	146	5.806	3.439
Juros sobre capital próprio	-	289	-	-
Antecipação de dividendos (c)	-	-	2.461	2.461
Dividendos a receber Sagamar	10.000	-	10.000	-
Outros valores a receber (d)	332	345	10.504	7.807
	21.232	12.707	32.006	33.999
Circulante	20.901	12.061	25.232	30.112
Não circulante	331	646	6.774	3.887

(a)Adiantamento realizado para concessionárias do grupo com finalidade de adquirir veículos seminovos. A partir de dezembro/2021 os veículos seminovos passaram a ser comercializados

DocuSigned by:
DIÁRIO DO ESTADO
Assinado por: EDITORA DIARIO DO ESTADO LTDA:24946442000193
CPF: 58975926168
Data/Hora da Assinatura: 12/04/2022 | 04:35:40 PDT
ICP Brasil
9393FA587BF046B28DC1AD188C3FE84C

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Diário do Estado com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site **https://diariodoestadogo.com.br/pageflip/**